

A IDEOLOGIA DOMINANTE NOS TEXTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

MOURA, Bernadete Pereira
bernadettebb@hotmail.com

NASCIMENTO, Denise Santana Santos
denisebeca@hotmail.com

TELES, Giselle Beatriz da Silva
gigi.wan@hotmail.com

ARAÚJO, Maria José de Azevedo. (Orientadora)
Graduada em Pedagogia, Mestra e Especialista em Educação, Professora do Curso
Letras-Português da Universidade Tiradentes – UNIT.
azevedo1956@bol.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo promover uma discussão sobre a influência da ideologia dominante nos textos de língua portuguesa, procurando identificar as tendências e perspectivas teórico-metodológicas na produção científica atual, questões estas pertinentes à elaboração de uma política de linguagem, com vistas a trazer subsídios para a formulação de uma política de ensino de língua para a educação básica que atenda as demandas sociais contemporâneas e que promova a cidadania dos segmentos excluídos da população brasileira. Para tanto, procuraremos situar inicialmente o problema, procurando levantar alguns elementos teóricos de análise que contribuam para a sua compreensão. Com relação ao problema, um primeiro aspecto a ser considerado é o fato de que no sistema brasileiro de educação básica tanto o saber como a cultura socialmente privilegiados são expressos numa variedade lingüística, denominada pelas minorias dominantes de "língua culta", que não corresponde à variedade lingüística falada pela maioria da população. Muito pelo contrário, o acesso à aprendizagem da "língua culta" vem sendo dificultado pelo próprio sistema educacional. Por um lado, ao desconsiderar as dificuldades de aprendizagem decorrentes das diferenças entre variedades lingüísticas distintas e, por outro, ao estigmatizar a linguagem das classes populares, ao não reconhecê-la sequer como uma variedade de fala e, por conseguinte, os diversos significados culturais que necessariamente perpassam pela expressão oral e escrita.

Palavras-chave: Escola, Ideologia, Leitura, Língua Portuguesa, Textos.

ABSTRACT

The present article has for objective to promote a discussion on the influence of the dominant ideology in the Portuguese-speaking texts, trying to identify the tendencies and theoretical-methodological perspectives in the current scientific production, subjects these pertinent ones to the elaboration of a language politics, with views to bring subsidies for the formulation of a politics of language teaching for the basic education that assists the contemporary social demands and that promotes the citizenship of the excluded segments of the Brazilian population. For so much, we will try to place the problem initially, trying to lift some theoretical elements of analysis that contribute to its. With relationship to the problem, a first aspect to be considered is the fact that in the Brazilian system of basic education so much the knowledge as the culture socially privileged they are expressed in a linguistic variety, denominated by the dominant minorities of " learned " language, that doesn't correspond to the linguistic variety spoken by most of the population. A lot on the contrary, the access to the learning of the " learned " language comes being hindered by the own educational system. On one side, when disrespecting the current learning difficulties of the differences among different linguistic varieties and, for other, when stigmatizing the language of the popular class, when at least not recognizing it as a speech variety and, consequently, the several cultural meanings that necessarily for the oral expression and writing.

Key-Word: School, Ideology, Reading, Portuguese Language, Texts.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, uma preocupação crescente que vem sendo manifestada com mais evidência pelo número significativo de trabalhos apresentadas pela comunidade científica nas áreas de Educação, Língua e Letras, diz respeito a temas relacionados ao ensino a língua portuguesa, suscitando o reconhecimento da necessidade de uma discussão mais ampla em torno do estabelecimento de uma política de língua para o seu ensino na educação básica no Brasil.

A questão é complexa, pois envolve uma reflexão não apenas a nível teórico-metodológico, acerca dos problemas relativos a seu ensino, da caracterização das diversas clientelas, mas também e, fundamentalmente, acerca da ausência de uma política de ensino de língua específica, no contexto de uma sociedade global que tem por base relações de classe,

determinadas historicamente, onde se delineiam e se afirmam as ideologias e as contra-ideologias.

Muito embora tenha havido um esforço mais individual do que propriamente institucional, por parte de pesquisadores da área, no sentido de fazer avançar os estudos e pesquisas sobre o ensino-aprendizagem da língua portuguesa, como língua materna, na perspectiva analítica das relações de dominação ideológica de uma variedade de prestígio e da possível superação destas relações, este esforço não se fez acompanhar da articulação política necessária por parte dos segmentos mais progressistas da sociedade civil, no sentido de pressionar o Estado a priorizar políticas sociais e públicas que contemplem os interesses das classes populares.

Em termos de legislação brasileira, não existe uma política de ensino de língua mais realista e adequada tanto às clientelas da escola pública como particular, muito embora o próprio MEC tivesse solicitado, em 1986, um estudo sobre as condições de ensino da língua portuguesa no Brasil. A comissão constituída por uma elite acadêmica de escritores, gramáticos, lingüístas e professores de língua e literatura portuguesa elaborou um documento contendo pareceres e recomendações, sugerindo inclusive a criação de comissões para, ao longo dos anos, realizarem os objetivos preconizados no documento. Todavia, com a mudança ministerial ocorrida naquele mesmo ano, o projeto não teve continuidade em sua implantação.

Não é o nosso objetivo aqui entrarmos no mérito da discussão a propósito da ausência de diretrizes e programas voltados para o ensino da língua portuguesa num estado da federação - mesmo considerando o seu perfil político-ideológico. Acreditamos, que seria fundamental a explicitação e o debate das bases teóricas, metodológicas e políticas necessárias à investigação e à ação na política da linguagem.

1 A IDEOLOGIA DOMINANTE NA LÍNGUA PORTUGUESA

A ideologia dominante nos textos de língua portuguesa no ensino fundamental é representada pela cruel realidade que muitas vezes verificamos no favorecimento de algumas editoras do eixo Rio - São Paulo, que são patrocinadas pelo governo. Esses livros são adotados sem muito critério e são enviados para todas as regiões do Brasil com textos muitas vezes alienantes e multiplicadores da cruel realidade em que vive milhões de educando e educadores das classes pobres. Assim, vão se propagando critérios de uma ideologia dominante, sutilmente através desses textos didáticos. Preconceitos são difundidos como se fosse algo natural na alegação de que nosso país é a terra da liberdade. Um dos principais fatores que influenciou a pesquisa desse tema foi à contradição entre a teoria e a prática.

Temos medo de inovar, de criar, de desenvolver nossa cultura. Seguimos o modelo tradicional, a cultura dominante do mundo ocidental. Estudamos a Europa, a Grécia a França, a revolução das treze colônias e só mencionamos de passagem as lutas do povo brasileiro, as revoluções, os movimentos sociais tão ricos de exemplos edificantes. Entretanto, o que vemos é o descaso de uma escola que deprecia a vida do seu povo e honra os heróis estrangeiros, os ícones de outras culturas. Isso faz o professor não reconhecer as entrelinhas do texto didático, propagador dos preceitos da ideologia capitalista dominante e a invasão cultural alienígena principalmente na língua portuguesa onde o inglês mais e mais penetra destruindo o alicerce da pátria que é a língua.

A manutenção dos vícios pedagógicos tradicionais, destruindo em seu âmago a inovação esperada, o despertar da consciência do professor e dos alunos, o que é mais comprometedor na esfera pedagógica é com certeza, sua inconsistência em termos de capacidade de reconstrução do conhecimento, com qualidade formal e política por conta

disso, não se alcança manejar conhecimento de modo adequado, fazendo-se muitas vezes instâncias de resistência à inovação.

Os vários tipos de linguagens contidos nos textos escolares demonstram um despreparo de alguns autores em resgatar o interesse dos alunos em participar mais das aulas de língua portuguesa. A partir desse contexto ao nos aprofundar nesse estudo, faremos uma discussão mais ampla acerca de um debate mais completo sobre a ideologia dominante nos textos. Gostaríamos de destacar a importância desse tema de acordo com o contexto atual do nosso país, por isso ao falarmos em ideologia, falamos também das diversas formas de se ver ou acreditar em determinados assuntos. Temos que enfatizar também o papel do professor como agente transportador de conhecimento. Segundo Cunha (1995, p.35): “a vida cotidiana é a objetivação dos valores e dos conhecimentos dos sujeitos dentro de uma circunstância”.

Através das linguagens expressas nos livros verificamos o quanto atualmente é difícil trabalhar os textos, pois o que vivenciamos na prática são as amplas questões de como se interpretar textos de uma maneira correta. Observa-se que depois de aplicados os textos em sala, as crianças assimilam seletivamente as informações, ou seja, os alunos não conseguem fazer uma interpretação de texto por completo, fazem uma espécie de seleção dentro de seu cérebro só aceitando as informações que acreditam verdadeiras e importantes para si. Mas mesmo com esse pensar os alunos têm que lembrar que cada texto tem uma idéia central, onde não si pode fugir dela.

Nos dias atuais se tornou óbvio que o ato de pensar é diferente, uma pessoa pensa diferente do outro. Mas como seria se a criança não aprendesse a interpretar textos? De acordo com Kant (2002 p. 11): “o homem é a única criatura que precisa ser educada”.

Partindo dessa afirmação observamos que para Kant, o homem nasce animal e com o passar do tempo, ele vai se transformando a partir da educação, que deve ser empregada desde cedo na escola. Para Kant a criança deve fazer o uso da razão, desde que seja dentro de nossa

realidade, pois atualmente observamos que os alunos do ensino fundamental passam para o ensino médio sem aprender a interpretar textos.

Vivenciamos principalmente o que os textos trazem em comum para contribuir com essa estatística do não aprendido das interpretações de textos. Observamos principalmente no tocante que diz respeito ao excesso de figuras e principalmente do uso de palavras em inglês. Analisando o quanto uma criança é prejudicada em seu processo educativo devido à associação de figuras, não se permitindo que a criança raciocine, ela acaba deixando de lado o hábito de ler por estar sempre associando: matéria, conteúdo, ilustração, ou seja, a criança vai ver na matéria de ciências a ilustração de uma planta e a descrição das partes dela, mas com desânimo de lê, não descobrirá que se trata de um texto sobre as plantas de um determinado tipo de lugar (vegetação).

O processo associativo por figuras em algumas situações é interessante, mas cria certo desânimo nas crianças para ler. Alguns textos encontrados nos livros didáticos atuais, que são de vários autores, deixam a desejar no que se concerne ao aprendizado, no entanto aproveitamos para deixar claro que não temos nada contra os autores, mas em alguns livros observamos que os autores fazem tudo em nome das novas metodologias de ensino e assim acaba saindo um livro parecido com outro.

Mas como professores, temos que nos preocupar com o processo reflexivo - crítico que circunda na prática do profissional de educação, onde jamais poderão faltar elementos teóricos essenciais para a nossa inteiração pedagógica. Temos que criar estratégias para detectar e selecionar os textos que não tenham excesso de imagem e levam o aluno a lembrar aquela televisão que existe em sua casa e tem uma constante presença e influência em sua vida, criando um processo onde ele vai ser mais uma vez submetido dentro da própria sala de aula junto ao livro didático a aceitar as ideologias da mídia, que se encontram dentro do livro. Grandes quantidades de propaganda de produtos são inseridas nos livros didáticos, não só

como forma de detectar os supostos erros de português, mas como forma de se explorar como totalmente corretas as idéias contidas nos textos de jornais, revistas e propaganda. Segundo Bakhtin (1986, p.16):

Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto o pensamento, a atividade mental, que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia; contudo, todas essas relações são inter-relações recíprocas, orientadas, é verdade, mas sem excluir uma contra-ação.

Para Bakhtin, a ideologia, apresentada se configura em volta do eu, do homem animal que aos poucos se socializa inserindo o pensamento e a linguagem como ponto principal para se acreditar em alguma coisa, portanto a linguagem é a expressão que utilizamos para mostrar o que queremos.

Partindo do pressuposto de que a linguagem é a maneira que temos de nos expressar, chegamos à conclusão de que, nós como professores temos que escolher melhor os textos que passamos para nossos alunos, pois é a partir dessa escolha que vamos tomar a base para eles reproduzirem o que pensam. Pois para Bakhtin (1986, p.36): “A palavra é um fenômeno por excelência”.

Para o autor é através da palavra que nos relacionamos e criamos as nossas relações sociais em todos os domínios. Portanto a palavra é importante tanto nos atos de compreensão, quanto em todos os atos de interpretação. Bakhtin (1986, p. 41) afirma:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e serve de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que desapontam que ainda não tomam forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos, estruturadas e bem formadas.

As palavras dentro de um discurso ideológico são marcadas pelo seu significado, sendo assim atentamos para uma análise do discurso sempre observando as três áreas de conhecimento do discurso: a iniciação, a teoria da ideologia e a teoria do discurso que vamos observar o que se deve ser priorizado, por isso o discurso não pode estacionar, ou seja, não se

pode tomar só uma parte de um texto como importante, tem que se entender todo o texto para saber do que se fala.

A interpretação é uma função necessária e importante no entendimento das ideologias, pois em alguns discursos é visto como visão do mundo. Uma ideologia nada mais é do que um enriquecimento, pois se demonstra um pensamento, o qual vai ser passado e refletido várias vezes, mas aos nossos olhos sabemos que a classe dominante impõe sua ideologia. Por isso verificamos a importância de se observar os textos pelos nossos alunos e o que realmente esses textos transmitem, pois a existência dessa ideologia dominante ocasionará uma difusão de idéias burguesas, que atualmente contradizem com a maioria da população, ou seja, discursos que são contrários a realidade dos alunos desrespeitando a individualidade de cada um. Sendo assim afirma Cunha (1995, p. 28): “Estudar o professor como ser contextualizado nos parece de maior importância. É o reconhecimento do seu papel e o conhecimento de sua realidade que poderão fornecer a invenção no seu desempenho”.

Cunha demonstra toda importância do papel do professor como agente transformador e orientador de conhecimento. O conhecimento do professor não é apenas fruto da escola, por que ele é também requerido no seu próprio cotidiano, ou seja, o professor participa de outras atividades sociais, políticas, religiosas, comunitárias e sindicais as quais vão ajudar na fundamentação de suas ideologias para uma prática pedagógica mais eficiente, ou seja, o professor como o acesso a outras atividades e até a cursos de especialização poderá escolher linguagens com ideologias que realmente dê ênfase em formar alunos conscientes e críticos.

Sabemos que existe uma complexidade do processo ensino-aprendizagem, que não só acontece no âmbito da sala de aula, mas também na própria escola como um todo, que a depender de sua tendência educacional, ajusta o papel de professor à realidade da escola sem da dar liberdade para o seu trabalho. Porém, o professor deve ser soberano em sua sala de aula, já que o sistema corrompe até a escola. Ele de uma maneira inteligente deve inserir

textos instigantes para os seus alunos que saem do ensino fundamental para o médio sem desenvolver o senso crítico, que deve ser estimulado desde cedo.

A influência do professor na vida do aluno é muito importante, por isso se torna claro o papel do professor e suas ideologias dentro da classe. As palavras do professor vão ser primordiais para o desenvolvimento crítico e intelectual do aluno. Nós, professores não podemos limitar o conhecimento dos nossos alunos. Segundo Cunha (1995, p.72): “Para os nossos alunos atuais o bom professor é aquele que domina o conteúdo, escolhe formas adequadas de apresentar a matéria e tem bom relacionamento com o grupo”.

Observamos o quanto é importante a posição do professor diante da análise dos textos, que são passados aos alunos, pois o professor vai ser o agente mediador na construção de ideologias baseando-se nos conhecimentos e nas fundamentações. Para a construção de conceitos objetivamente precisa-se de uma orientação segura do professor para o desenvolvimento intelectual do aluno.

Todo dia vemos o governo alardeando os altos investimentos que a nação está fazendo na educação. Mas, que adianta implantar escolas e universidades se não se muda a qualidade do ensino. É preciso saber inovar e saber colocar o conhecimento a serviço dos excluídos. É consenso que a educação básica é o diferencial central do desenvolvimento dos povos.

Portanto, precisamos avançar na direção fundamental do manejo formal e político do conhecimento inovador. A revisão curricular, com preferência ostensiva para formas de currículo intensivo, que privilegiam pesquisa e elaboração própria como expedientes mais cruciais do que a aula meramente expositiva para os alunos do ensino fundamental.

A formação de leitores, ao longo da história da educação brasileira, tem sido uma das tarefas das mais árduas enfrentadas por educadores no processo educacional. Por essa razão, é sempre atual o desafio de ensinar a ler e escrever.

Desde o período colonial, a escolarização era realizada, em sua maioria, nas fazendas. Nos engenhos as aulas eram ministradas por uma pessoa mais letrada, como o padre ou mesmo um mestre contratado para tal fim. O direito a educação era restrito as classes que tinham o poder aquisitivo (Lajolo, 1996).

Com o desenvolvimento da sociedade brasileira, aos poucos algumas iniciativas foram tomadas no sentido que fossem ofertadas salas para a educação, pois a mesma passou a ser vista como importante e necessária ao crescimento sócio-econômico e cultural do país, passando a ser difundida pelos meios de comunicação como o livro, jornais e panfletos que passam a circular também para a população mais simples. Conforme Lajolo (1996) durante toda a primeira metade do século passado, houve um aumento na produção de livros de leitura, mas o processo ensino-aprendizagem continuava o mesmo.

Apesar de todo esse movimento inovador na produção intelectual sobre a leitura escolar, o dia-a-dia da maioria das escolas continuava sem muitas inovações. Em muitas escolas, alguns objetos de leitura eram proibidos como as histórias em quadrinhos, que fascinaram crianças e jovens dos anos 30 e 40. (Galvão, 1998,p.26).

As dificuldades encontradas pelos professores nesse processo de formação de leitores são muitas por isso estão provocando debates, discussões em busca de alternativas que possibilitem uma mudança no quadro. Certamente, é importante que o professor antes de tudo seja leitor, pois só assim poderá despertar no educando o gosto pela leitura e compreender o processo da aprendizagem. Cabe a ele, por isso mesmo, mediar os contatos entre textos e leitores no sentido de trazer elementos não esclarecidos pelo próprio texto e nem apropriado devidamente pelos alunos.

O leitor se apercebe de seu próprio processo de leitura de seus planos de conduta. Uma vez avivada a sua memória e tendo registrado suas impressões sensoriais, emocionais, intelectuais, precisa contá-los a outrem, registrá-los, trocar enfim as projeções. Voltando ao

texto, o leitor deve ter condições de cotejar suas progressões com os sistemas significativos do texto.

Portanto, o professor na qualidade de mediador, deve orientar o educando, no sentido de desenvolver nele habilidades necessárias aos processos inerentes à leitura. A problemática da ausência da leitura não tem um único culpado, mas o seu cerne está no princípio da educação escolar ou da educação doméstica, ou seja, na infância. Pois o gosto pela leitura o homem adquire a partir da infância, é nela que o hábito da leitura deve ser estimulado. A escola deve criar possibilidades de desenvolver estruturas básicas para o seu desenvolvimento pleno, consciente, crítico e cidadão.

“Não há caso de povo que tenha passado da barbárie à civilização sem que o livro tenha sido o intermediário”. As mensagens captadas pelos ouvidos ou pelos olhos através do rádio ou da TV, por exemplo, não configuram uma personalidade pensante nem uma consciência crítica. Já a mensagem escrita propicia a reflexão, alcança as galerias mais profundas da mente. Difundir o livro será concorrer para a formação de uma nação livre independente e soberana (Dinorah, 1987).

Todo e qualquer projeto que venha a incentivar no educando o gosto pela leitura deve procurar envolver todos que participam do processo educacional: coordenadores, professores, pedagogos, bibliotecários, diretores a fim de que os mesmos, conscientizados, possam contribuir para que o educando tenha as condições necessárias para a sua penetração no mundo dos livros, lendo escrevendo e interpretando. Essas atividades proporcionarão aos educandos um aumento no vocabulário, criando novas possibilidades de comunicação, de linguagem, oferecendo uma visão crítica do mundo que o cerca, bem como fazendo com que o mesmo perceba a importância da leitura para a aquisição dos conhecimentos que são trabalhados na escola.

No processo de aprendizado da leitura é imprescindível a participação do professor em sala de aula como responsável direto em estimular o educando no desprendimento da leitura.

Maria Dinorah, (1987, p.35). em seu projeto “o livro em sala de aula” afirma que:

O papel do professor “estímulo e acompanhamento”, são essenciais. Na verdade, ele é a “verdade” do aluno. E se nunca disser a ele que “ler é importante”, mais esforços que invadem, jamais atingirá a totalidade de uma escola. O professor precisa, isso sim dar espaço, oportunidade e estímulo aos alunos, para que falem de suas leituras e comentem os livros.

A visão de que o professor deve criar oportunidade para estimular a leitura, nunca impor é na verdade a base da pedagogia de leitura, pois às vezes o educando é desestimulado justamente por não ter sido ele o responsável pela escolha do livro a ser lido. Assim, a leitura, por não ser uma representação do seu desejo, impõe-se como barreira a impedir a formação do leitor. É necessário que a participação do professor seja efetivada na coordenação do processo na seleção de livros que se aproximem da realidade do educando e no estímulo constante para que a “semente” cresça.

A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDES NA PRÁTICA DA LINGUAGEM

Acreditamos que os problemas da aprendizagem escolar, geradores de seu fracasso, encontram-se na linguagem, sendo esta um veículo de transmissão de ideologias, portanto, também permeada por relações de poder. Segundo Mikhail Bakhtin (1986, p.36)

“[...] classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. [...] A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe a fim de abafar ou ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente.”

Por isso, percebemos o espaço da sala de aula não como um campo neutro, mas ao contrário, como um espaço produtivo, onde se pode legitimar certas práticas que se revelam discriminatórias e portadoras de instrumentos que legitimam igualmente uma cultura

“legítima” (cultura escrita) em proveito de uma outra (cultura oral). Sobre isso Paulo Freire, (1987, p.28) afirma:

“Mas se, do ponto de vista crítico, não é possível pensar sequer a educação sem que se pense a questão do poder; se não é possível compreender a educação como uma prática autônoma ou neutra, isso não significa, de modo algum, que a educação sistemática seja uma pura reprodutora da ideologia dominante.”

Conforme este mesmo autor, a educação reproduz sim a ideologia dominante, mas não faz apenas isto (Freire, 1987, p.29):

“Na medida em que compreendemos a educação, de um lado, reproduzindo a ideologia dominante, mas, de outro, proporcionando independentemente da intenção de quem tem o poder, a negação daquela ideologia [...] pela confrontação entre ela e a realidade [...], realidade vivida pelos educandos e pelos educadores, percebemos a inviabilidade de uma educação neutra.”

Buscamos através desta pesquisa, verificar como esta questão está ligada às aulas de língua Portuguesa nas escolas públicas que atendem alunos oriundos da classe social mais desfavorecida. Assim, a linguagem emerge como um campo paradoxal em que o uso da linguagem “coloquial” coexiste com a necessidade de se chegar o mais próximo possível da chamada “linguagem culta”. A esse respeito Maurizio Gnerre (1998, p.11) nos diz:

“A separação entre variedade ‘cultura’ ou ‘padrão’ e as outras é tão profunda devido a vários motivos; a variedade culta é associada à escrita, (...) e é associada à tradição gramatical; é inventariada nos dicionários e é a portadora legítima de uma tradição cultural e de uma identidade nacional. É este o resultado histórico de um processo complexo, a convergência de uma elaboração histórica que vem de longe.”

Como mostrar as diferenças entre as duas formas, como são usados os materiais didáticos para tal fim, como se dá a relação professor/ aluno, quais as dificuldades dos alunos em relação à aprendizagem da língua padrão, e sendo esses alunos oriundos de classes populares, em que momento a educação dos pais e parentes é percebida como uma herança não negligenciável de um capital cultural que trabalha para a realização e efetivação do sucesso escolar.

São estes alguns dos pontos centrais que observamos no cotidiano escolar, tendo em vista que todos esses fatores inevitavelmente acabam por acompanhar a criança até a escola e lá ela é posta em contato com uma língua praticamente desconhecida, plena de regras e restrições, de palavras desconhecidas, uma língua desconhecida de seus pais, mas que se deve aprender porque é o correto, porque com ela se escreve bem e porque esta é a língua “legítima”, dos “dominantes”, deixando-se então de lado o modo “pouco culto ou erudito” de falar, pois, segundo o senso comum, quem está na escola precisa aprender o certo. Esta visão ou “ideologia” é transmitida às crianças talvez de forma até inconsciente, mas que é a visão da classe dominante segundo as teorias de Bourdieu e Passeron (1982, p.121)

“Designando e consagrando todo agente encarregado da inculcação como digno de transmitir o que ele transmite, por conseguinte autorizado a impor a recepção e a controlar a inculcação através de sanções socialmente garantidas, a instituição confere ao discurso professoral uma autoridade estatutária que tende a excluir a que são do rendimento informativo da comunicação.”

Diante da gramática normativa, não há como não haver resistência por parte dos alunos, podendo ocasionar entre esses um desinteresse diante da língua, o que pode provocar o fracasso escolar. Com isso não estamos querendo incorrer na idéia de que a língua culta está em desuso, muito ao contrário, para que as pessoas ascendam socialmente e transponham sua condição originária, é necessário manejar a língua culta. A escola e especificamente os professores de português poderiam tirar maior proveito pedagógico da sua disciplina se não desconsiderassem as “marcas sociais” das quais estes indivíduos são portadores e relevassem toda sua herança cultural, sua visão de mundo e suas experiências enquanto seres sociais; para um ensino mais proveitoso da língua materna, pois segundo Bourdieu e Passeron, (1982, p.22)

“(...) a leitura do mundo precede sempre à leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. (...) este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. (...) a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de escrevê-lo, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.”

É preciso constatar como o fracasso tem atingido os alunos das classes populares e até mesmo, como essa situação é contribuinte para o aumento das desigualdades sociais. É possível perceber ainda, o quanto a Escola enquanto “Instituição Transmissora do Saber Legítimo” acaba sendo supervalorizada pela sociedade e o quanto a população proveniente de meios populares encontra uma certa descontinuidade entre o processo de ensino-aprendizagem. Conforme Bourdieu e Passeron, (1982, p.68)

“(…) Fora da escolarização não há saber ou o saber que existe fora dela é tido como inferior sem que tenha nada que ver com o rigoroso saber do intelectual. Na verdade, porém, este saber tão desdenhado, ‘saber de experiência, feito’, tem de ser o ponto de partida em qualquer trabalho de educação popular orientado no sentido da criação de um conhecimento mais rigoroso por parte das massas populares. (...) Enquanto expressão da ideologia dominante, este mito penetra as massas populares provocando nelas, às vezes, autodesvalia por se sentirem gente de nenhuma ou de pouca ‘leitura’.”

O que efetivamente temos percebido é que há uma descontinuidade entre a realidade do ensino no país e a realidade da escola pública na qual estamos centrados. O quadro da educação pública em nosso país é mais precário do que podemos imaginar, isso segundo pesquisas quantitativas, vivemos em um grande “mercado” onde também a língua se vende e se compra de acordo com o que se pretende atingir, é o que nos diz Pierre Bourdieu (1996, p.24):

“Todo ato de fala e, de um modo geral, toda ação é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes: de um lado, as disposições socialmente modeladas do *habitus* lingüístico, que implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas (interesse expressivo), definida ao mesmo tempo como capacidade lingüística de engendramento infinito de discursos gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada; do outro, as estruturas do mercado lingüístico, que se impõem como um sistema de sanções e de censuras específicas.”

Para Bourdieu, “é na relação com a linguagem que se encontra o princípio das diferenças mais visíveis entre a língua burguesa e a língua popular.” A “Língua” que se ensina nas escolas privilegia as classes dominantes e isso temos percebido na escola privada através

da posição tomada pela escola frente a “sua superioridade”, e o modo como esse discurso é inculcado nos alunos.

Após essas considerações podemos dizer então que vem ocorrendo uma mudança sutil na escola pública, que embora não tenha contribuído, ainda, para uma melhora significativa no quadro geral da escola, é uma mudança e a partir dela podemos lançar um olhar de esperança. Talvez não somente ao quadro de ensino da escola, mas ao quadro de ensino do país, pois podemos esperar que outras escolas e outros professores estejam, da mesma forma, operando uma mudança sutil na sua forma de ensinar. O que precisamos verificar, no entanto, é em até que ponto essas mudanças se configurarão fortes o suficiente, à medida que crescem, para transformarem-se em mudanças realmente significativas. Pois segundo Bourdieu (1996, p.52):

“(...) se a liberdade que o sistema de ensino deixa ao docente é o melhor modo de obter dele, que ele sirva ao sistema, a liberdade que é deixada ao sistema de ensino é a melhor maneira de obter dele que ele sirva à perpetuação das relações estabelecidas entre as classes, porque a possibilidade desse desvio dos fins está inscrita na própria lógica de um sistema que preenche mais perfeitamente a sua função social quando parece prosseguir exclusivamente seus próprios fins.”

Apesar da constatação do “fracasso escolar” entre os alunos das classes populares, devemos considerar essa mudança sutil que temos observado e afirmar que “a reprodução” das desigualdades sociais se encontram sim na linguagem e na escola, mas não somente aí, vemos que não é possível jogar todo peso desse encargo à escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a criança sempre será o homem do amanhã, por isto devemos dar a ela todo o ensinamento necessário a sua evolução cultural, inculcando na sua mente tudo o que venha contribuir para o seu crescimento mental, cultural e espiritual, para que se torne um elemento fundamental para a sociedade em que vive.

Devemos envidar esforços no sentido de fazer brotar das pessoas esclarecidas, dos governantes, o interesse em proteger as crianças, dando às mesmas condições básicas para um crescimento saudável e rico em conhecimentos. Para isto necessário se faz reestruturação das escolas e valorização dos professores, uma vez que são eles os responsáveis pela mutação da sociedade como um todo, pois disseminam informações e conhecimentos àqueles que os buscam.

O sonho de uma educação de qualidade para todas as crianças brasileiras já é um sonho antigo, independente mente de raça, classe social ou religião. E o que vimos acontecer nesses anos de educação foi o sucateamento da mesma em nome da criação de mais oportunidades para todos. A desvalorização do educador é uma verdade irrecusável.

A leitura nas escolas convive com a realidade das leis, dos decretos, das esperanças, das frustrações, das ilusões, dos desânimos, das crenças, das intolerâncias, da ingenuidade, da luta pela sobrevivência. Ela precisa ganhar o espaço do imaginário, do lúdico, do prazeroso, da beleza, da grandeza da alma. Como uma provedora de boas energias, ela pode penetrar nos vãos mais estreitos e escuros das salas de aula iluminando seus cantos, com contos e encantos. O percurso da leitura nesse ambiente escolar traçará com certeza novos caminhos, abrirá trilhas para todos, levará ao desconhecido, revelará as potencialidades, desenvolverá capacidades, e as mais fictícias aventuras.

Existem desafios e obstáculos a serem encarados e superados: não basta melhorar os padrões culturais de um povo. Os planos políticos deverão objetivar a melhoria efetiva da qualidade do ensino e conseqüentemente a elevação do nível de vida da sociedade, formulando e implementando uma política escolar voltada, especialmente, para construção de espaços específicos de desenvolvimento da prática da leitura e da escrita.

Os professores precisam se instrumentalizar adequadamente, para terem argumentos reivindicatórios, e os educandos precisam ter respeitadas suas necessidades e garantidos

serviços como à sala de leitura, para que as diferenças sejam minimizadas e as oportunidades mais equitativas. Ler, por se tratar de uma atividade que aponta para o diálogo e a construção supõe a abertura para o mundo. Portanto, não pode ser um ato rigidamente preso a modelos e imposições. A leitura permite ao indivíduo exercitar sua dimensão transformadora, o que, contraditoriamente, costuma chocar-se contra os paradigmas escolares.

Conforme a pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, esse exercício de ler a palavra e o mundo é uma via de mão dupla que se realiza coletivamente. É discutindo e reelaborando a própria realidade que os indivíduos desenvolvem sua consciência e interferem no contexto ao seu redor. Fazer do ato de ler, um ato de afirmação da consciência, logo, um ato de liberdade que está ao alcance de qualquer leitor. Porém, o ambiente escolar, onde deveríamos aprender e exercitar uma leitura que se projeta para além de si mesma, tem se revelado carente nesse sentido.

Professores e alunos encontram-se limitados pelos esquemas prévios de leitura, em muitos casos, que já vêm da editora acompanhando o livro, num pacote para facilitar o consumo. De tal modo, o aspecto abrangente da leitura passa a vincular-se a outros ambientes, quando e onde há disposição para tanto. Ampliando horizontes pela leitura, o ser participa, cresce e luta.

Perde-se assim, na escola, a oportunidade de exercer o significado pleno da leitura em sua relação com a totalidade, ficando essa mais vinculada a limites do que às possibilidades criadoras. Tais limites vão compulsoriamente se impondo na vida dos estudantes desde as primeiras séries, contribuindo de forma decisiva para que se estabeleça definitivamente o desinteresse pela leitura, ou seja, o contato cada vez mais escasso com os livros, o que configura a tão comentada crise de leitura na escola e fora dela.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail & VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 3ª ed.. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. “Tradição Erudita e Conservação Social”. In: **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 2º ed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 5ªed. Campinas, São Paulo: Papirus,1995.
- DINORAH, Maria. **O livro na sala de aula: uma alternativa em educação e leitura**. Porto Alegre: LIPM, 1987.
- FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 17º ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- GALVÃO, A. M. de Oliveira; Batista, A. A. Gomes. A leitura na escola primária brasileira. In: **Presença Pedagógica**, V. 4, n. 24, nov. dez. 1998.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. São Paulo: Martins Fontes,1998.
- KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Trad. de Francisco C. Fontanella. São Paulo:Unimeo,2002.
- LAJOLO, Maria; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática,1996.